

ANTONIO GASPARETTO JÚNIOR
JÚLIO CÂNDIDO DE MEIRELLES JÚNIOR
(ORGANIZADORES)



DIÁLOGO E DEBATES SOBRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Atena
Editora

Ano 2020

**ANTONIO GASPARETTO JÚNIOR
JÚLIO CÂNDIDO DE MEIRELLES JÚNIOR
(ORGANIZADORES)**



**DIÁLOGO E DEBATES
SOBRE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA NO BRASIL**

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D536 Diálogo e debates sobre administração pública no Brasil [recurso eletrônico] / Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Júlio Cândido de Meirelles Júnior. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-23-2
 DOI 10.22533/at.ed.232200303

1. Administração pública. 2. Gestão da qualidade total.
 I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Meirelles Júnior, Júlio Cândido de.

CDD 352.357

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As pesquisas no campo da Administração Pública se encontram em franco crescimento no Brasil. Isso porque, nos últimos anos, tem sido feito um grande esforço nacional para a qualificação do quadro funcional atuante na gestão do Estado brasileiro nas mais variadas instâncias administrativas.

O aprimoramento do pessoal da administração pública é uma urgência para potencialização dos serviços prestados pelo Estado, gerando, assim, melhores e mais eficientes resultados para o país. Pensando nisso, o MEC criou o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) com um curso de bacharelado e especializações em nível de pós-graduação *Lato Sensu* (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde) para aprimorar a formação dos servidores públicos.

Para estruturação desse grande projeto, o MEC contou com a colaboração da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), de outros Ministérios e de instituições públicas de ensino superior, que desenvolveram um grande programa para ser aplicado no território nacional, atendendo a demandas regionais. Com a gradativa ampliação da oferta de vagas em cursos de graduação e de pós-graduação, os resultados começaram a aparecer seja no aprimoramento do quadro de pessoal, seja nos conhecimentos produzidos acerca do funcionamento da administração pública no Brasil. Pode-se destacar como um importante reflexo dessa empreitada a organização da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP), fundada em 2013 durante o I Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP). Desde então, a SBAP busca promover e valorizar o conhecimento técnico e científico na área congregando pesquisadores e pesquisadoras que se dedicam ao tema. Trabalhando para construir uma representatividade institucional nos âmbitos nacional e internacional, a SBAP mantém uma regularidade na realização de eventos.

Neste sentido, o livro ***Diálogo e Debates sobre Administração Pública no Brasil*** pretende ser mais uma contribuição para os conhecimentos produzidos acerca da administração pública no país. O leitor terá acesso a nove trabalhos realizados por pesquisadores e pesquisadoras das mais variadas instituições e com as mais diversas qualificações.

Os primeiros capítulos são dedicados a refletir sobre aspectos da responsabilidade fiscal. Mariana de Oliveira Santos (UNIFSA) e Geraldo Simião Nepomuceno Filho (UNIFSA) tratam da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal imposta aos gastos com pessoal em municípios do Piauí. Bruno D'Assis Rocha (UFRRJ), Antonio Gasparetto Júnior (USP) e Júlio Cândido de Meirelles Júnior (UFF) analisam a *accountability* em fundações de apoio do Rio de Janeiro. Luiz Lustosa Vieira (Ministério do Planejamento), Ilka Massue Sabino Kawashita (Ministério do Planejamento), José Antônio de Aguiar Neto (Ministério do Planejamento) e Carlos Henrique Azevedo Moreira (UFRJ) abordam fundamentos econômicos das transferências voluntárias

intergovernamentais entre os estados federados e sua importância para assegurar a autonomia financeira dos entes subnacionais. Por meio da tecnologia, analisam a gestão dos recursos da União.

Os quarto e quinto capítulos do livro refletem sobre aspectos da gestão. Primeiro, Danielle Lisboa da Motta de Almeida (UFRRJ) e Jorge Alberto Velloso Saldanha (UFRRJ) discorrem sobre a evolução da gestão centrada no cidadão no Brasil, à luz de conceitos da área de marketing. Já Sergio Paulo Carvalho de Souza (INCA) e Cláudia Henschel de Lima (UFF) apontam tensões relacionadas à regulação assistencial em Saúde.

Os capítulos seis e sete são dedicados a reflexões sobre Institutos Federais de Educação no Rio Grande do Sul. Daniela Pegoraro (UFSM) e Kelmara Mendes Vieira (UFSM) analisam a transparência no Instituto Federal do Rio Grande do Sul sob a óptica dos *Stakeholders*. Por sua vez, João Pedro Pereira dos Santos (IF-Farroupilha) e Nelson Guilherme Machado Pinto (UFSM) apresentam um comparativo entre as eficiências dos *campi* do Instituto Federal Farroupilha.

Por fim, a obra se encerra com dois trabalhos que utilizam técnicas bibliométricas para apontar o estado da produção acadêmica em dois aspectos específicos da administração pública. Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino (UVA), Clayton Robson Moreira da Silva (IFPI), Joelma Leite Castelo (UECE), Viviane da Silva Sousa (UVA) e Sabrina Sousa Moraes (UVA) avaliam, primeiro, a produção acadêmica sobre o controle interno no setor público. Depois, o panorama da produção científica nacional acerca da auditoria governamental.

Em suma, a obra apresentada é uma constatação ao leitor das inúmeras possibilidades de pesquisas no campo da Administração Pública, apresentando resultados de investigações que são notadamente importantes para o conhecimento da sociedade. Ademais, é de suma importância a contribuição para o debate científico e fundamentado na área, especialmente em momento em que se discute o trâmite de uma nova reforma administrativa no Brasil. Assim, a divulgação científica é um importante aparato para embasar argumentos que sejam qualificados e que contribuam positivamente para o debate, participando da construção de uma sociedade mais justa e consciente.

Antonio Gasparetto Júnior
Júlio Cândido de Meirelles Júnior

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A APLICAÇÃO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL IMPOSTA AOS GASTOS COM PESSOAL: UM ESTUDO DE CASO DE 03 MUNICIPIOS PIAUIENSES, NOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2017	
Mariana de Oliveira Santos Geraldo Simião Nepomuceno Filho	
DOI 10.22533/at.ed.2322003031	
CAPÍTULO 2	15
ACCOUNTABILITY E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DAS FUNDAÇÕES DE APOIO DO ESTADO DO RIO JANEIRO	
Bruno D'Assis Rocha Antonio Gasparetto Júnior Júlio Cândido de Meirelles Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.2322003032	
CAPÍTULO 3	28
PLATAFORMA TECNOLÓGICA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DOS RECURSOS DA UNIÃO	
Luiz Lustosa Vieira Ilka Massue Sabino Kawashita José Antônio de Aguiar Neto Carlos Henrique Azevedo Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2322003033	
CAPÍTULO 4	41
A EVOLUÇÃO BRASILEIRA DE UMA GESTÃO CENTRADA NO CIDADÃO: SOB O PRISMA DE CONCEITOS DA ÁREA DE MARKETING	
Danielle Lisboa da Motta de Almeida Jorge Alberto Velloso Saldanha	
DOI 10.22533/at.ed.2322003034	
CAPÍTULO 5	56
TENSÕES RELACIONADAS À REGULAÇÃO ASSISTENCIAL EM SAÚDE	
Sergio Paulo Carvalho de Souza Cláudia Henschel de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2322003035	
CAPÍTULO 6	70
TRANSPARÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA DOS DIFERENTES <i>STAKEHOLDERS</i>	
Daniela Pegoraro Kelmara Mendes Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.2322003036	
CAPÍTULO 7	84
ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS: UM COMPARATIVO ENTRE AS EFICIÊNCIAS DOS <i>CAMPI</i> DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	
João Pedro Pereira dos Santos Nelson Guilherme Machado Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.2322003037	

CAPÍTULO 8	105
PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE CONTROLE INTERNO NO SETOR PÚBLICO	
Sabrina Sousa Moraes	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
Joelma Leite Castelo	
Viviane da Silva Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.2322003038	
CAPÍTULO 9	124
AUDITORIA GOVERNAMENTAL NO BRASIL: O PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL	
Viviane da Silva Sousa	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
Joelma Leite Castelo	
Sabrina Sousa Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.2322003039	
SOBRE OS ORGANIZADORES	143
ÍNDICE REMISSIVO	144

ACCOUNTABILITY E QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DAS FUNDAÇÕES DE APOIO DO ESTADO DO RIO JANEIRO

Data de aceite: 20/02/2020

Bruno D'Assis Rocha

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
(UFRRJ)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7460110031138270>

Contato: bruno.dassis@gmail.com

Antonio Gasparetto Júnior

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF
Sudeste MG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1666230459145640>

Contato: antonio.gasparetto@gmail.com

Júlio Cândido de Meirelles Júnior

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8869583225684015>

Contato: profjcm@gmail.com

RESUMO: O funcionamento do Estado muitas vezes perde o foco do seu objetivo e tende a existir visando apenas ao cumprimento das exigências regulatórias ou, ainda pior, a interesses próprios de seus funcionários, esquecendo-se da população. Nesse contexto, surge a importância das fundações de apoio, cujo objetivo é auxiliar de maneira mais eficiente a execução da administração pública. Nesse tipo de organização, a *accountability* exerce papel fundamental na prestação de contas relativas aos aspectos financeiros, sendo a Contabilidade

a ciência que permite o controle social e governamental dos gastos realizados em prol da sociedade. Por isso, há a necessidade de uma maior discussão sobre a qualidade dos relatórios contábeis apresentados por essas instituições. Este trabalho, usando uma amostra de seis fundações, analisa a qualidade da informação contábil apresentada pelas fundações de apoio do estado do Rio de Janeiro e verifica a falta de compromisso dessas organizações com a divulgação de seus relatórios financeiros, além do nível de transparência extremamente baixo com demonstrativos de pouca qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Terceiro Setor, Transparência, Prestação de Contas, Fundações de Apoio, Contabilidade.

ACCOUNTABILITY AND QUALITY OF ACCOUNTING INFORMATION OF THE FOUNDATIONS OF SUPPORT OF THE STATE OF RIO JANEIRO

Abstract: The operation of the State often loses the focus of its objective and tends to exist aiming only at the fulfillment of regulatory requirements or, even worse, at the interests of its employees, forgetting the population. In this context, the importance of support foundations appears, whose objective is to help in a more efficient way the execution of the public administration. In this type of organization, *accountability* plays a fundamental role in the rendering of accounts

related to financial aspects, Accounting being the science that allows the social and governmental control of the expenses incurred in favor of society. Therefore, there is a need for more discussion about the quality of the accounting reports presented by these institutions. This work, using a sample of six foundations, analyzes the quality of the accounting information presented by the foundations of support of the state of Rio de Janeiro and verifies the lack of commitment of these organizations with the disclosure of their financial reports, in addition to the extremely low level of disclosure with demonstrations of poor quality.

KEYWORDS: Third Sector, Disclosure, Accountability, Supporting Foundations, Accounting.

INTRODUÇÃO

É sabido que o principal objetivo da atuação do Estado é o bem-estar social. A sociedade é o único e exclusivo beneficiário que justifica todo o aparelho de funcionamento da máquina estatal. Porém, esse funcionamento muitas vezes perde o foco do seu objetivo e tende a existir visando apenas ao cumprimento das exigências regulatórias ou, ainda pior, a interesses próprios de seus funcionários, esquecendo-se da população.

Um dos motivos para esse fato são as dificuldades burocráticas necessárias ao funcionamento da estrutura da administração pública. Com o intuito de controle sobre as atividades desempenhadas, muitas vezes a burocracia faz com que se perca o objetivo de atender aos anseios da população em virtude de se encontrar a melhor estrutura administrativa possível.

É nesse contexto que surge a importância das fundações de apoio, cujo objetivo é auxiliar de maneira mais eficiente a execução da administração pública, sem a perda do foco no bem-estar social.

Tais entidades são organizações privadas e por isso cumprem ritos bem menos burocráticos de funcionamento, permitindo assim uma maior agilidade na execução de suas tarefas. Porém, com o crescimento da sua importância ao longo dos anos, deve haver uma maior preocupação na prestação de contas dessas organizações. Tal prestação é fiscalizada pelo Ministério Público estadual, porém, também cabe à sociedade esse controle.

Com isso, percebe-se que a transparência, assim como em qualquer órgão ou entidade público, deve ser um dos pilares das fundações de apoio. E sob a perspectiva da transparência financeira, as demonstrações contábeis são o objeto fundamental de análise e controle dos gastos e investimentos realizados.

As demonstrações financeiras cumprem a finalidade de apresentar a situação patrimonial e o desempenho econômico das organizações, sejam elas com ou sem fins lucrativos. As fundações de apoio estão sob a égide do direito privado, portanto seus demonstrativos seguem, regra geral, as normas contábeis apresentadas na legislação

societária, principalmente os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ratificados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Lei 6.404/76. Então, é de extrema importância que esses instrumentos reflitam da melhor maneira possível os acontecimentos financeiros ocorridos nas fundações ao longo do exercício social, e, para tal, precisam ser fidedignos aos acontecimentos e serem relatados com qualidade informacional.

Nessa perspectiva, levanta-se o seguinte questionamento: qual a qualidade da informação contábil apresentada pelas fundações de apoio do estado do Rio de Janeiro? Diante disso, chega-se ao objetivo deste trabalho, que consiste em investigar o nível de transparência das demonstrações financeiras das fundações de apoio do estado do Rio de Janeiro. Para tal, serão apresentados os principais aspectos relacionados à evidência contábil das fundações de apoio; posteriormente, será verificado o nível de *accountability* das fundações de apoio do estado do Rio de Janeiro; e, por último, será analisada a aderência dos relatórios em relação aos normativos contábeis do setor.

A principal justificativa para a presente pesquisa se deve a importância social das fundações de apoio e a necessidade cada vez maior do seu nível de transparência. Nesse tipo de organização, a *accountability* exerce papel fundamental na prestação de contas relativas aos aspectos financeiros, sendo a Contabilidade a ciência que permite o controle social e governamental dos gastos realizados em prol da sociedade. Por isso, a necessidade de haver uma maior discussão sobre a qualidade dos relatórios contábeis apresentados por essas instituições.

Além disso, segundo Silveira e Borba (2007), as pesquisas acadêmicas em relação ao tema Evidência Contábil das Fundações de Apoio concentram-se em discussões teóricas sobre modelos de demonstrações e critérios contábeis, sem a realização de estudos práticos sobre a adequação das demonstrações apresentadas em relação ao que é preconizado pelas normas e princípios contábeis. Portanto, percebe-se a importância do estudo proposto, onde se procura preencher a lacuna entre as discussões teóricas sobre o assunto e a sua aplicabilidade.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O Terceiro Setor

O Terceiro Setor é constituído por entidades provenientes da sociedade civil voltadas à produção de bens e serviços públicos (FERNANDES, 1994). Olak e Slomski (2008) relatam que estas organizações podem desenvolver atividades de caráter beneficente, filantrópico, caritativo, religioso, cultural, educacional, científico, artístico, literário, recreativo, de proteção ao meio ambiente, esportivo, além de outros serviços, objetivando sempre a consecução de fins sociais.

O crescimento desse setor, ao longo dos últimos anos, se deve ao fato de uma

maior percepção e cobrança da sociedade pelo atendimento de seu bem-estar social, ao mesmo tempo em que aumenta a falta de capacidade do Estado em atender por essa demanda. Nesse sentido, Salamon (1998) explica que o crescimento do Terceiro Setor decorre de várias pressões, demandas e necessidades advindas dos cidadãos, refletindo um conjunto nítido de mudanças sociais aliado a contínua crise de confiança na capacidade do Estado. O autor ressalta ainda que esse tipo de organização, com sua pequena escala, flexibilidade e capacidade de canalizar a participação popular, está mais bem capacitada para melhor atender às necessidades humanas.

Azevedo (2012) e Almeida e Ferreira (2007) entendem que as entidades do Terceiro Setor sempre se constituem como entidades sem fins lucrativos e não governamentais e correspondem a três figuras jurídicas no Código Civil: associações, fundações e organizações religiosas.

Nesse sentido, pode-se perceber que o Terceiro Setor se resume a organizações que visam bens e serviços de caráter público, prestando assim serviços de grande importância à população sob diversas perspectivas de cunho social. Silva e Aguiar (2006) corroboram com essa ideia ao reconhecerem os benefícios públicos promovidos pelas organizações de assistência social e de saúde por exemplo.

As organizações do Terceiro Setor possuem como principais fontes de recursos as doações e subvenções, além de captação por meio de financiamentos e o resultado gerado pela própria atividade. Como não podem possuir fins lucrativos, o resultado quando for superavitário deve ser aplicado integralmente na própria atividade, sendo vedada a sua distribuição.

Fundações de Apoio

As fundações são entidades sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, criadas a partir de um patrimônio destacado do patrimônio de seu fundador (SILVEIRA, 2007). Essa definição é complementada por Diniz (1998) que descreve a fundação como um complexo de bens livres colocados a serviço de um fim lícito e especial com alcance social, em atenção ao disposto em seu estatuto, sendo, portanto, um patrimônio destinado a uma finalidade socialmente útil, ou seja, filantrópica, que lhe dá unidade.

Essas definições distinguem bem as fundações das associações, pois a primeira possui como natureza um patrimônio destinado a um fim de interesse público ou social (finalidade pública, com abrangência de toda a sociedade), enquanto a segunda surge da união de determinadas pessoas que possuem um mesmo objetivo (o foco está em atender aos associados), não estando aberta à população como um todo (finalidade coletiva, com abrangência de um grupo específico). Rosa (2003) corrobora com essa diferenciação quando expõe que as fundações não são constituídas por meio da associação de pessoas, elas nascem do ato de doação de um instituidor, que reserva certo patrimônio e o grava para a execução de certo objetivo. A autora acrescenta

ainda que, apesar de se constituir como de direito privado, as fundações não são sociedades, pois não nascem da vontade das pessoas em se associar.

É importante destacar que existem ainda as fundações públicas, pertencentes à Administração Pública Indireta e não ao Terceiro Setor. Essas entidades são criadas por autorização legislativa e são regidas pelo Decreto-Lei 200/67, ao invés do Código Civil.

Segundo o Ministério da Educação, as fundações de apoio são instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse das instituições federais de ensino superior e também das instituições de pesquisa (Instituições Científicas e Tecnológicas). As Fundações de Apoio não são criadas por lei nem mantidas pela União, o prévio credenciamento junto aos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia é requerido em razão da relação entre as instituições federais e as fundações de apoio ser de fomento ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo função das fundações prover suporte administrativo e finalístico aos projetos institucionais. Paes (2003) cita que essas fundações visam auxiliar e fomentar atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades federais e das demais instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas.

Accountability

“A transparência para o terceiro setor é fator determinante da sua sobrevivência, é preciso que estas entidades prestem contas dos seus atos aos investidores sociais” (ASSIS, MELLO e SLOMSKI, 2006, p. 6). As fundações de apoio, mesmo que fora da Administração Pública Direta e Indireta, devem à sociedade prestação de contas de seus atos e a Ciência Contábil é uma importante ferramenta nesse processo. Conforme Nakagawa (1993) explica, a *accountability* corresponde à responsabilidade de se executar algo, que decorre de autoridade delegada, e ela só se quita com a prestação de contas dos resultados alcançados e mensurados pela Contabilidade. Nesse sentido, Assis, Mello e Slomski (2006) acrescentam que a Contabilidade possui papel fundamental no processo de *accountability* das organizações do terceiro setor, para isso devem ser fornecidas as informações necessárias para que os investidores sociais possam verificar o montante de recursos recebidos pelas entidades, bem como, a destinação destes recursos e, conseqüentemente, os resultados alcançados.

Inseridas no Terceiro Setor, as fundações de apoio possuem normas específicas em relação a sua evidenciação contábil. Dentro do processo de harmonização das normas brasileiras às internacionais, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a resolução 1.409/12 – Contabilidade de Entidade sem Finalidade de Lucros. Esse normativo apresenta todas as obrigações das Fundações de Apoio no processo de elaboração e apresentação de seus demonstrativos contábeis, no intuito de apresentar a sociedade, com a maior clareza possível, as informações sobre o patrimônio dessas entidades. Com isso, nas seções seguintes, será verificado o nível de transparência

das fundações de apoio do estado do Rio de Janeiro (*accountability*) em relação ao cumprimento desse normativo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi iniciado por uma revisão bibliográfica com o intuito de identificar as principais contribuições existentes a respeito do assunto.

De acordo com a base de classificação proposta por Collis e Hussey (2005), pode-se classificar essa pesquisa, quanto ao objetivo, descritiva; quanto ao processo, qualitativa; quanto à lógica, indutiva.

A presente pesquisa utilizou o método descritivo, visto que foram observados e descritos os dados contidos nas demonstrações financeiras das fundações objeto de análise. Segundo Silva e Menezes (2001), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população com a finalidade de observar, registrar e analisar os fenômenos sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois conforme explicado por Silva e Menezes (2001, p. 20) "não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem".

Para a realização do presente estudo, utilizou-se uma amostra das fundações de apoio do estado do Rio de Janeiro, cujo universo é composto por 42 entidades, a saber:

Fundações de Apoio do estado do Rio de Janeiro	
Fundação Universitária José Bonifácio	Fundação de Apoio à Saúde e Ensino Bon-sucesso - FASEB
Fundação Ary Frauzino Para Pesquisa e Controle do Câncer	Fundação de Apoio ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis - FUNCEFETEQ
Pró-Into - Pró Instituto Nacional de Traumatismo-Ortopedia	Fundação de Apoio ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro - FABOM
Fundação Pró Instituto de Hematologia RJ - Fundarj	Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e a Extensão do Instituto Benjamim Constant - FAIBC
Fundação de Apoio ao Cefef RJ - Funcefet	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro - FAEPOL
Fundação Pró Coração - Fundacor	Fundação de Apoio ao Hospital de Jacarepaguá
Fundação Escola Superior da Defensoria Pública	Fundação de Apoio Educacional Faz Diferença

Fundação de Apoio à Universidade do Rio de Janeiro	Fundação de Apoio Pesquisa, Ensino e Assistência a Escola de Medicina de Cirurgia do Rio de Janeiro
Instituto Fluminense de Apoio Fundacional - Ifafe	Fundação de Apoio ao Ens. Pesq. e Dese. da Polícia Civil do RJ - FAEPOL
Fundação Francisco Arduino - Fundar	Fundação Médica de Apoio ao Hospital da Lagoa - FAHL
Fundação técnico-científica de Bio Manquinhos	Fundação para o Desenvolvimento Social e Institucional - FUNDESI (PRO-UNIRIO)
Fundação Ricardo Franco	Fundação Pró - CEFET/RJ
Fundação Cardiovascular Pedro Ernesto - FUNCAPE	Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde - FIOTEC
Fundação de Apoio ao Instituto Benjamin Constant	Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional
Fundação Escola do Ministério Público do Rio de Janeiro - FEMPERJ	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Computação Científica - FACC
Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Assistência Escola de Medicina do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle - FUNRIO	Fundação de Apoio Institucional À universidade Fluminense
Fundação de Apoio a Gestão, Ciência e Tecnologia - FAGCT	Fundação de Apoio à Educação Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense - PRÓ-IFF (antiga Cefet Campos)
Fundação de Apoio à Pesquisa do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da Universidade Federal do RJ - CCMN / Atual José Pelúcio Ferreira	Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Uni. Federal Rural do Rio de Janeiro
Fundação de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - Exército Brasileiro - FAPEB	Fundação de Apoio à Proteção Ambiental da Restinga de Massambaba
Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Assistência à Escola de Medicina - FUNRIO	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica - FAAC
Fundação de Apoio à Saúde do Funcionário da Superintendência da Polícia Federal do Estado do RJ - FUNASPOL	Fundação de Apoio ao Ensino Superior de Bom Jesus de Itabapoana - FAESP

Fonte: Ministério Público do estado do Rio de Janeiro.

A ideia inicial era a abrangência de todas as fundações de apoio do estado, porém pela dificuldade de acesso às informações, a seleção final é composta por seis organizações.

Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) - é uma fundação de apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) constituída em dezembro de 1975. Possui um total de bens e direitos (Ativo) em torno de R\$ 68 milhões.

Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer – constituída em 1991 com o objetivo de buscar alternativas econômico-financeiras para ampliar o

atendimento do Inca. Possui um Ativo total de R\$ 266 milhões.

Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (FIOTEC) – fundada em 1998, tem como missão prestar serviços de apoio logístico, administrativo e financeiro aos projetos desenvolvidos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Administra um total de bens e direitos de R\$ 481 milhões.

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Computação Científica (FACC) - criada em 2004, tem por objetivo dar apoio a instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica – Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs). Ativo total de R\$ 15 milhões.

Fundação Euclides da Cunha (FEC) – fundada em novembro de 1997, possui como objetivo apoiar a Universidade Federal Fluminense - UFF na realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Possui um Ativo de R\$ 82 milhões.

Fundação de Apoio à Educação Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense (PRÓ-IFF) – constituída em julho de 2000, possui como objetivo apoiar o Instituto Federal Fluminense (IFFluminense) na realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Possui um Ativo de R\$ 448 milhões.

As informações básicas referentes às fundações foram obtidas inicialmente junto ao Ministério Público do estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, as informações financeiras necessárias foram colhidas diretamente do *site* das organizações, utilizando-se das informações contidas nas demonstrações contábeis e notas explicativas no período de 2012 a 2018. A escolha do ano de 2012 para início da coleta de dados se deve ao fato da entrada em vigor da resolução 1.409/12¹ do Conselho Federal de Contabilidade.

No intuito de analisar o nível de aderência dos demonstrativos apresentados pelas fundações de apoio em relação à resolução 1.409/12, assim como verificar também o cumprimento das melhores práticas contábeis por essas organizações, elaborou-se o questionário a seguir para servir como guia de investigação da pesquisa.

Número da questão	Pergunta
1	Qual foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras?
2	Qual foi o tipo de parecer?
3	A fundação divulgou a relação dos tributos objeto de renúncia fiscal?
4	A fundação divulga todas as gratuidades praticadas?
5	A fundação divulga informações sobre os seguros contratados?
6	A fundação divulga a remuneração dos seus administradores?
7	A fundação divulga a Demonstração de Resultados Abrangentes (DRA)?

¹ estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros (RESOLUÇÃO CFC N.º 1.409/12).

Quadro 1: Questionário sobre o nível de transparência das fundações de apoio.

A primeira pergunta tem o objetivo de verificar qual a empresa de auditoria externa responsável por emitir o relatório de opinião sobre as Demonstrações Financeiras das Fundações, com isso pode-se analisar também se houve rodízio da empresa. Neste sentido, vale mencionar que as quatro maiores empresas de auditoria externa no mundo, denominadas no mercado financeiro de Big Four, são Price, KPMG, Deloitte e EY, estas empresas dominam também o mercado brasileiro, principalmente quanto à auditoria das companhias de capital aberto. Isso acontece porque a confiança do mercado de capitais aumenta quando os relatórios divulgados são auditados por empresas de maior reputação (BECKER *et al*, 1998; TEOH & WONG, 1993). Outros estudos apontam que as empresas de auditoria de maior reputação prestam serviços de maior qualidade, com profissionais mais bem qualificados (LEUZ E VERRECHIA, 2000; LEVENTIS e CARAMANIS, 2005).

A segunda pergunta busca verificar se a empresa de auditoria contratada ratifica ou não os demonstrativos contábeis das Fundações.

As questões 3, 4 e 5 relacionam-se diretamente ao nível de aderência das informações divulgadas nas notas explicativas das fundações de apoio e o que é exigido pela resolução 1.409/12.

Os quesitos 6, 7 e 8 possuem o intuito de analisar se informações que são divulgadas pelas sociedades anônimas também seriam pelas Fundações de Apoio, mesmo não possuindo tal obrigação. Destacando a DRA e a DVA, que trazem um maior detalhamento sobre o desempenho econômico das entidades.

ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Inicialmente cabe destacar o pequeno número de fundações de apoio que divulgam suas demonstrações financeiras em seus *sites*. Por mais que não haja uma exigência legal dessa apresentação, é de fundamental importância uma maior transparência dessas entidades, tendo em vista o impacto de suas atividades na sociedade. Sobre o tema, Araujo (2005) comenta que quanto maior for a transparência da gestão de uma entidade do Terceiro Setor, maior será sua legitimidade para tutelar interesses públicos. Logo, as fundações de apoio do estado do Rio de Janeiro deixam a desejar em termos de acesso as suas informações financeiras, não dando transparência sobre sua gestão, fato esse que limitou bastante a amostra da presente pesquisa.

Apenas para estabelecer um paralelo, todas as companhias brasileiras constituídas na forma de sociedades anônimas são obrigadas pela lei 6.404/76 a publicarem seus demonstrativos contábeis. Essa obrigação legal visa permitir maior facilidade de acesso às informações das empresas por seus *stakeholders*². Seria

interessante uma exigência parecida para as fundações, não necessariamente de publicação, mas pelo menos divulgação em seus *sites*.

A seguir é apresentado um resumo dos resultados encontrados em resposta às questões apresentadas.

Fundações	Questões							
	1	2	3	4	5	6	7	8
FUJB	Boucinhas, Campos e Conti	com reserva	não	não	não	não	não	não
Fundação Ary Frauzino	BDO RCS Auditores Independentes SS	sem reserva	não	não	não	não	sim	não
FIOTEC	Loundon Blomquist	com reserva	não	não	não	não	não	não
FACC	Francisco Carvalho Auditores Independentes (2012/15)	sem reserva	não	não	não	não	não	não
	BDO Auditores Independentes (2016/18)	com reserva	não	não	não	não	sim	não
FEC	Fcl, Claro e Associados Auditores Independentes	sem reserva	não	não	não	não	não	não
PRÓ-IFF	GWM, Auditores Independentes	sem reserva	não	não	não	não	não	não

Quadro 2: Evidências obtidas sobre o nível de *accountability* das fundações de apoio do estado do Rio de Janeiro.

Ao longo dos sete anos, todas as fundações de apoio analisadas apresentaram os demonstrativos exigidos legalmente para as entidades sem finalidade de lucros: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Período; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa; e Notas Explicativas.

Porém, existem dois outros demonstrativos de grande importância para a análise do patrimônio das empresas que são a DRA e a DVA e mesmo que não sendo de elaboração obrigatória para as entidades do terceiro setor, seriam de grande interesse aos seus *stakeholders*. Pode-se verificar que apenas duas das fundações apresentaram a DRA e nenhuma o fez para a DVA.

Quanto ao procedimento de auditoria externa, tal exigência se faz pelo Ministério Público. Todas as organizações apresentaram parecer de auditoria com a opinião sobre as demonstrações financeiras divulgadas, porém tanto a FUJB quanto a

2 Todo o público interessado em conhecer informações sobre determinada organização.

FIOTEC tiveram seus pareceres ressaltados em todos os anos analisados. A FACC, ao substituir a empresa de auditoria externa, também passou a apresentar ressalva em seus relatórios contábeis. Cabe destacar que as companhias responsáveis pelo serviço de auditoria externa foram empresas de pequeno porte.

Outro ponto negativo observado é a falta do rodízio de empresas que realizam o serviço de auditoria externa das fundações de apoio, somente na FACC houve substituição da empresa ao longo dos sete anos. Lembrando que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) determina, no âmbito das companhias abertas, que o auditor independente não pode prestar serviços para um mesmo cliente por prazo superior a 5 anos consecutivos, exigindo-se um intervalo mínimo de 3 anos para a sua recontração. Novamente fazendo um paralelo com as empresas privadas, é importante a substituição da empresa de auditoria para a manutenção da independência de sua opinião.

Quanto às questões 3, 4 e 5, pode-se perceber pela tabela apresentada que tal nível de aderência é nulo, pois nenhuma das fundações apresentou o mínimo exigido pela norma contábil. Importante destacar que foram selecionados itens de divulgação de grande importância aos usuários da informação, sendo assim pode-se perceber que as entidades não possuem a preocupação de prestar contas à sociedade e sim de cumprirem as exigências dos órgãos de controle. Por exemplo, é de suma importância entender os tributos que o Estado renuncia em favor dessas organizações, porém nenhuma das fundações divulgou nem o valor nem a relação dos tributos a que fez jus de isenção fiscal. Outro exemplo foi em relação à gratuidade praticada, nenhuma informação sobre o assunto foi encontrada nem no sentido positivo nem no negativo, sendo a omissão o pior tipo de divulgação a quem busca entender melhor o papel dessas entidades.

Nenhuma fundação divulgou a remuneração dos seus administradores, que, apesar de não ser uma exigência para as entidades sem fins lucrativos, é uma prática comum entre as empresas privadas, principalmente porque é exigida pela CVM para as companhias de capital aberto. Essa informação é de suma importância nas fundações de apoio, pois alerta para possíveis conflitos de interesse desses gestores. Além disso, cabe ressaltar que em grande número esses administradores são funcionários públicos das instituições para a qual a fundação presta apoio, acumulando funções. Nesse caso seria importante também a divulgação de carga horária de trabalho, transparecendo a não ocorrência de sobreposição de tarefas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo investigar o nível de transparência das demonstrações financeiras das fundações de apoio do estado do Rio de Janeiro. Para isso, foi realizada uma análise exaustiva das demonstrações financeiras de uma amostra composta por seis entidades por um período de sete anos.

Inicialmente pôde-se perceber a falta de compromisso dessas organizações com a divulgação de seus relatórios financeiros. De um total de 42 fundações de apoio no estado do Rio de Janeiro, apenas seis apresentaram suas demonstrações financeiras em seus respectivos *sites*. Fato esse que dificulta o acesso à informação por parte da sociedade, inibindo o controle social dos gastos e atividades dessas entidades.

Verificou-se que as fundações que compuseram a amostra possuem notas explicativas muito aquém do necessário para uma boa análise e entendimento de sua real situação financeira e patrimonial, além de baixíssima aderência a itens de divulgação obrigatórios por normativos contábeis específicos do setor. Tais entidades não aderem a boas práticas de governança corporativa como o rodízio de auditoria e divulgação da remuneração de seus administradores e restringem sua contabilidade apenas a se manterem adimplentes junto ao Ministério Público.

Com isso, conclui-se que o nível de transparência do setor objeto da pesquisa é extremamente baixo, com relatórios financeiros de pouca qualidade. Além disso, esse estudo observou a necessidade da criação de regras mais rígidas em relação à obrigação dessas entidades facilitarem o acesso às suas respectivas informações. Por meio de um trabalho mais atuante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro sobre o tema, poder-se-ia melhorar bastante a *accountability* das fundações de apoio.

Os resultados deste estudo consideraram apenas um tipo de entidade que compõe o terceiro setor em apenas um estado brasileiro, limitando consideravelmente a generalização das evidências encontradas. Tendo em vista a importância do assunto e a limitação da pesquisa, sugere-se, para estudos futuros, investigar outras organizações do terceiro setor em diferentes estados, facilitando uma melhor comparabilidade regional e permitindo uma melhor generalização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C.; FERREIRA, E. S.. Terceiro setor: prestação de contas e suas implicações. **Horizonte Científico**, v. 1, n. 1, p. 1-22, 2007.

ARAÚJO, Valter Shuenquener de. Terceiro Setor: a experiência brasileira. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: JFRJ, 2005. n. 14, p. 211-240.

ASSIS, Marcio Sanches de; MELLO, Gilmar Ribeiro de; SLOMSKI, Valmor. Transparência nas entidades do Terceiro Setor: a Demonstração do Resultado Econômico como instrumento de mensuração de desempenho. In: **6º Congresso USP Controladoria e Contabilidade**, 2006, São Paulo-SP.

AZEVEDO, S. U.. **Modelagem Do Public Value Scorecard como Instrumento de Avaliação de Desempenho para uma Organização do Terceiro Setor**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

BECKER, C. L.; et al. The effect of audit quality on earnings management. **Contemporary Accounting Research**, n. 15, p. 1-24, 1998.

COLLIS, Jill. HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros**. Aprovada pela Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012.

DINIZ, Maria Helena. **Direito fundacional**. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

FERNANDES, R.C. **Privado, porém Público: o Terceiro Setor na América**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GIL, Antonio, C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert E. The economic consequences of increased disclosure. **Journal of Accounting Research**. v. 38, 2000.

LEVENTIS, Stergios; CARAMANIS, Constantinos. Determinants of audit time as a proxy of audit quality. **Managerial Auditing Journal**. v. 20, n. 5, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Fundações de Apoio – Apresentação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/fundacoes-de-apoio/apresentacao>>. Acesso em: 09/12/2018.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução a controladoria: conceitos, sistemas, implementação**. São Paulo: Atlas, 1993.

OLAK, P. A.; SLOMSKI, V.. As publicações acadêmicas da pesquisa contábil no Brasil, no âmbito das organizações do terceiro setor. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 2, n. 1, p. 24-46, 2008.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e Entidades de Interesse Social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. 4. ed., Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

ROSA, Alexandre Moraes. **Marco legal do terceiro setor: aspectos teórico e prático**. Florianópolis: Tribunal de Justiça, 2003.

SALAMON, L. A emergência do terceiro setor - uma revolução associativa global. **Revista de Administração da USP**. São Paulo, v.33, n.1, jan./mar. 1998.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M.. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação - 3ª Edição**. Florianópolis - SC: Laboratório de ensino à distância da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2001.

SILVA, E. M. F.; AGUIAR, M. T.. Terceiro Setor - buscando uma conceituação. In: Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor (CAOTS). Ministério Público de Minas Gerais. **Manual de Referência do Diagnóstico do Terceiro Setor de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Ministério Público, 2006.

SILVEIRA, Douglas. **Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

TEOH, S. H.; Wong, T. J. Perceived auditor quality and the earnings response coefficient. **The Accounting Review**. n. 68, p. 346-366, 1993.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem Quantitativa 70

Accountability 4, 15, 16, 17, 19, 20, 24, 26, 66, 72, 125, 132, 133, 134, 139

Administração Pública 2, 3, 5, 10, 15, 16, 19, 31, 32, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 64, 65, 66, 68, 69, 72, 81, 82, 102, 108, 112, 113, 115, 116, 119, 121, 122, 123, 125, 127, 131, 133, 134, 137, 141, 143

Análise de Desempenho 87

Análise Envoltória de Dados 84, 91, 93, 102

Assistência 18, 21, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 67, 69

C

Cidadão 14, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 63, 72, 77

Confiança 18, 23, 70, 73, 74, 80, 81

Contabilidade 7, 13, 14, 15, 17, 19, 22, 26, 27, 82, 101, 103, 105, 106, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 121, 122, 124, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 141, 142, 143

Contas Públicas 1, 2, 3, 5, 6

D

Desenvolvimento socioeconômico 84

E

Eficiência 13, 42, 66, 72, 84, 86, 87, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 114, 125

Ensino 1, 19, 20, 21, 22, 27, 58, 60, 61, 67, 68, 70, 71, 84, 86, 87, 92, 95, 96, 100, 101, 104, 113, 119, 121, 124, 133, 138, 140, 141, 143

Estado 1, 3, 7, 8, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 42, 43, 53, 57, 58, 60, 61, 65, 69, 71, 72, 73, 77, 85, 86, 87, 88, 91, 102, 106, 113, 114, 120, 143

Evolução 9, 41, 45, 52, 68, 73, 85, 96, 98, 112, 120, 122

Excelência 28, 29, 42, 43, 44, 49, 55, 70, 112, 113, 119

F

Fundações de Apoio 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 113

G

Gasto com dinheiro público 8

Gestão 1, 3, 4, 5, 6, 9, 13, 14, 21, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 80, 81, 82, 85, 86, 90, 91, 92, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 141, 142, 143

Gestão do Conhecimento 28

Gestão Pública 3, 14, 28, 40, 42, 43, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 57, 64, 65, 71, 73, 80, 81, 82, 85,

103, 105, 106, 108, 112, 115, 116, 121, 122, 124, 125, 127, 131, 132, 133, 137, 138, 141
Governança 26, 28, 32, 39, 40, 44, 66, 73, 82, 103, 106, 107, 109, 122, 125, 127, 131, 142
Governo Federal 4, 7, 31, 41, 48, 49, 51, 53, 72, 87

I

INCA 22, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69
Informação Contábil 15, 17
Instituto Federal 15, 22, 70, 72, 74, 84, 86, 87, 102, 105, 124, 143

L

Lei 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 23, 29, 30, 40, 44, 71, 72, 76, 81, 82, 92, 93,
101, 110, 112, 113, 119, 128, 140

M

Marketing 41, 42, 43, 52, 53, 54, 55
Município 1, 5, 9, 10, 11, 12, 13, 69, 112

P

Percepção 18, 45, 51, 57, 59, 62, 70, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 90, 112, 113, 126, 133, 136
Piauí 1, 2, 105, 124
Políticas Públicas 31, 35, 39, 41, 42, 53, 55, 85, 86, 87, 88, 103, 108, 143
Prestação de Contas 15, 16, 17, 19, 26, 31, 38, 106, 107, 127, 132
Público 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 16, 18, 21, 22, 24, 26, 27, 29, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49,
50, 51, 52, 53, 54, 58, 62, 63, 64, 67, 71, 72, 73, 82, 85, 87, 90, 92, 100, 102, 105, 106, 107, 108,
109, 111, 112, 114, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141

R

Recursos 2, 3, 4, 6, 7, 8, 18, 19, 28, 29, 31, 32, 35, 39, 40, 42, 45, 46, 52, 53, 57, 63, 65, 72,
86, 89, 90, 91, 93, 107, 108, 125, 126, 127
Regulação 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69
Repasse 28, 30, 31, 32
Responsabilidade Fiscal 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 40
Rio de Janeiro 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 41, 56, 58, 60, 68, 69, 81, 82, 102,
104, 109, 119, 122, 136, 137, 143
Rio Grande do Sul 70, 71, 72, 74, 84, 85, 86, 87, 92, 93, 103, 109

S

Satisfação 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 70, 78, 79, 80, 81
Saúde 18, 20, 21, 22, 38, 45, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 75, 85, 86, 89,
102, 132, 133
Sistemas de Informação 28, 141
Software 46, 47, 84, 85, 103
Stakeholders 24, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 80, 81
SUS 56, 62, 63, 68, 133, 142

T

Tensão 60, 63, 66

Terceiro Setor 15, 17, 18, 19, 23, 24, 26, 27

Transferência 29, 32, 33, 35

Transparência 1, 5, 6, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 23, 25, 26, 32, 39, 40, 63, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 127, 134, 138, 141, 142

U

União 8, 9, 13, 18, 19, 28, 30, 31, 32, 33, 39, 40, 48, 49, 54, 55, 77, 81, 102, 108, 109, 123, 132, 138, 141, 142

 **Atena**
Editora

2 0 2 0